CONTRATO N.º 57/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E LOCAÇÃO DE MATERIAL, O QUE INCLUI CAPTAÇÃO DE IMAGENS, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO, DIRECIONADA A PRODUÇÃO E GRAVAÇÃO DE CONTEÚDOS INSTITUCIONAIS.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

O MUNICÍPIO DE CEDRAL - SP, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 45.093.663/0001-36, com sede à Avenida Antônio dos Santos Galante n.º 429, Centro, neste ato representado pelo prefeito Municipal PAULO RICARDO BEOLCHI DE LUCAS, brasileiro, casado, portador do RG nº 8.384.343-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 077.503.008-21, residente e domiciliado à Avenida Luiz de Mello, 395, Estância das Paineiras, Nova Cedral, Cedral/SP, CEP 15.895-000, doravante denominado CONTRATANTE, e THIAGO DO VAL SOARES, microempreendedor individual, inscrito no CNPJ sob nº 26.482.092/0001-87, sediado na Rua Ararigboia, 1750, CEP 15050-453, Jardim Caparroz, São José do Rio Preto – SP, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, originado do Processo Administrativo nº 3003/2021, e nos termos do artigo 75, inciso II. da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E LOCAÇÃO DE MATERIAL, O QUE INCLUI CAPTAÇÃO DE IMAGENS, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO, DIRECIONADA A PRODUÇÃO E GRAVAÇÃO DE CONTEÚDOS INSTITUCIONAIS, conforme especificações constantes no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - O valor total deste contrato é de: **R\$ 29.880,00 (Vinte e nove mil, oitocentos e oitenta reais),** devendo onerar a seguinte dotação orçamentária vigente: Nota de Reserva Orçamentária n.º 3346, Ficha n.º 227, Unidade: 021500, Categoria Econômica:3.3.90.39.00, Código de Aplicação: 110 000, Fonte de Recurso: 0 0100.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1- O pagamento será efetuado mensalmente, no valor de R\$ 4.980,00 (Quatro mil, novecentos e oitenta reais) de acordo com os serviços prestados, em até 28 (vinte e oito) dias, mediante emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número do contrato e objeto, devendo a Administração certificar que a pessoa jurídica esta regular com suas obrigações tributárias, encargos trabalhistas e sociais.
- 3.2 As notas fiscais/documento equivalente deverão ser encaminhados para o e-mail compras@cedral.sp.gov.br.
- 3.3 Será considerado atraso no pagamento, se decorrido 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, não houve adimplemento da obrigação pela Administração, o que incidirá correção monetária sobre o valor devido utilizando-se o IPCA; juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, e multa no valor de 10% da nota fiscal.
- 3.4 O disposto no item **3.3**, não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA QUARTA

DA ALTERAÇÃO DE VALORES

4.1 - Não haverá recomposição ou reajuste de preços (que poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses), exceto para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente comprovado e aceito pela outra parte.

- 4.2 O contrato poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, o marco inicial para o cômputo de reajuste será a data base da Proposta, pelo índice IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, devendo a administração responder em 5 dias úteis.
- 4.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 4.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- 4.5 Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente à alteração de valores.

CLÁUSULA QUINTA

DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DO PRAZO DEVIGÊNCIA CONTRATUAL

- 5.1 O objeto deverá ser executado sempre que necessário, de acordo com a ordens emanadas e conforme anexo I.
- 5.2 O prazo de execução do objeto e de vigência contratual será de <u>6 (seis) meses</u>, a contar da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA

DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1- A Fiscalização da execução do presente Contrato ficará a cargo de <u>fiscal designado</u>, que deverá ter amplo acesso aos documentos que lhe digam respeito, mantendo o número de fiscais que julgar necessário.
- 6.2- A Contratante descontará do correspondente pagamento o valor de qualquer objeto considerado em desacordo com o previsto nas Especificações Técnicas.
- 6.3- A fiscalização pela Contratante não exonera nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 6.4 O objeto do presente contrato será recebido:
- 1 provisoriamente, a cada prestação de serviço, para verificar se está de acordo com o exigido, e em caso negativo, a contratada deverá efetuar as devidas correções imediatamente; e,
- 2 definitivamente, após o pagamento final, mediante termo que comprove o atendimento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – Da Contratada:

- 1 executar o objeto do contrato;
- 2 Responder civil e administrativamente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa, no cumprimento do Contrato venha diretamente ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados/ajudantes, à Contratante a terceiros, bem como, ao patrimônio Público;
- 3 Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, acidentária, tributária, administrativa e civil, segurança e medicina do trabalho, decorrentes da execução dos serviços objeto deste, bem como, o Município se isenta de qualquer vínculo empregatício;
- 4 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, na contratação direta;
- 5 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; se for o caso, e,
- 6 indicar o nome do responsável para representar na execução contratual, em até um dia útil após a assinatura do contrato.
- 7.1.1 A qualidade do serviço será de inteira responsabilidade da Contratada e não poderá repassar o objeto deste contrato para terceiros.
- 7.1.2 Poderá haver subcontratação, desde que autorizado pela Administração, devendo a empresa contratada fazer o pedido, anexando documentação que comprove a capacidade técnica de quem será subcontratado, para a devida avaliação

7.2 - Da Contratante:

- 1 Prestar a Contratada todos os esclarecimentos necessários ao fornecimento do objeto;
- 2 Promover o pagamento na época oportuna conforme avençado no presente instrumento;
- 3 Reter o pagamento caso não haja cumprimento da forma correta do objeto deste contrato; e,
- 4 Fiscalizar a execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 8.1 O contrato poderá ser extinto, desde que formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:
- 1 não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- 2 desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução ou por autoridade superior;
- 3 alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 4 decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 5 caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 6 razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 7- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 8.2 O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 1 supressão, por parte da Administração, que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2 suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- 3 repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- 4 atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 5 não liberação pela Administração do local para execução do serviço.
- 8.2.1 As hipóteses de extinção a que se referem os itens 2/3/4 acima, observarão as seguintes disposições:
- 1 não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 2 assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do **caput** do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 O contratado será responsabilizado administrativamente se cometer as seguintes infrações:
- 1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

- 2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 4 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 5 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 6 apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou na execução do contrato;
- 7 fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos;
- 10 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2 Caso cometa alguma infração, poderá ser aplicada ao responsável as seguintes sanções:
- 1 advertência;
- 2 multa, de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato
- 3 impedimento de licitar e contratar;
- 4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 2 as peculiaridades do caso concreto;
- 3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e,
- 9.4 O atraso injustificado para executar o objeto contratual, ensejará em multa de mora de 1% do valor contratual por dia.
- 9.5 As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.
- 9.6- Enquanto o Contratado não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a Contratante reterá seus pagamentos e garantias contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1- O presente contrato reger-se-á pela <u>Lei Federal nº 14.133/2021</u> com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

- 11.1 Elegem as partes, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, não resolvidas administrativamente, o foro da Cidade e Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 11.2 Estando as partes de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com único efeito, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Prefeitura Municipal de Cedral, 20 de outubro de 2021; 91.º ano de Emancipação Político-Administrativa.

MUNICÍPIO DE CEDRAL PAULO RICARDO BEOLCHI DE LUCAS PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE

THIAGO DO VAL SOARES THIAGO DO VAL SOARES CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1	2
Nome/CPF	Nome/CPF

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA/MEMORIAL DESCRITIVO

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	R\$ 4.980,00	R\$ 29.880,00
	ESPECIALIZADA E DEDICAÇÃO		
	EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E		
	LOCAÇÃO DE MATERIAL, O QUE INCLUI		
	CAPTAÇÃO DE IMAGENS, EDIÇÃO E		
	FINALIZAÇÃO,		
	DIRECIONADA A PRODUÇÃO E GRAVAÇÃO DE CONTEÚDOS INSTITUCIONAIS		

Justificativa: A presente licitação tem como objeto a contratação de serviço de produção audiovisual, para a execução de vídeos institucionais sobre as atividades desta administração, a serem veiculados internamente e/ou mídias sociais e outros canais de relacionamento entre prefeitura e população. O objetivo é prestar apoio ao Gabinete e demais coordenadorias no sentido de filmagem e edição de imagens, o funcionário designado pela empresa captará imagens de áudio e vídeo de diversas atividades (acompanhamentos de obras para prestação de contas, vídeos educativos e de conscientização ambiental, como crise hídrica, informativos relativos à saúde e retomada da economia de forma

consciente, animações para a educação com material direcionado às crianças sobre cuidados dentro e fora da escola sobre cuidados com o Covid, vídeo institucional de prestação de contas anual para a administração, entre outros, para fins institucionais. A contratada também disponibilizará pessoa que faça fotos quando lhe for solicitado, filmagens externas e demais pedidos feitos ao setor, com exceção de eventos, com equipamentos profissionais. As imagens captadas serão entregues na íntegra e/ou tratadas

e editadas conforme necessidade do município.

A empresa trabalhará de acordo com a demanda solicitada, independente de dia e hora;

A contratada disponibilizará os equipamentos para a captação do material, incluindo Drone.

A empresa contratada também ficará responsável por editar vídeos captados por funcionários da

Prefeitura para fins de veiculação em redes sociais ou outros fins.

OUTROS SERVIÇOS:

Captação de imagem e edição de vídeo curto semanal, vídeo simples sem animação.

Desenvolvimento de vídeos institucionais de até 5 minutos, pelo menos um por mês, sendo um o

Desenvolvimento de um vídeo institucional de prestação de contas referente ao exercício de 2021.

Serviços: Captação de imagens terrestres e aéreas em vídeo e fotos, edição, finalização, colorização,

locução profissional e desenvolvimento de roteiros.

Equipe: 1 Editor finalizador

1 Diretor

1 Roteirista

1 Piloto de Drone

Nesta proposta a prestação de serviço deve ser iniciada após a assinatura do contrato e tem a duração de

06 meses.

DA NATUREZA DOS SERVIÇOS

As características dos serviços demandados pela Administração neste termo de referência

demonstram que os serviços podem ser classificados como serviços comuns, uma vez que são facilmente comparáveis entre si e podem ser oferecidos por diversas empresas atuantes no mercado, não

necessitando de especificações minuciosas ou peculiares.

Por outro lado, as demandas de ações de comunicação sistematicamente, regulares, voltadas

para a atividade fim, que são caracterizadas como vídeos institucionais, vídeos para internet, vídeos de

divulgação de projetos/programas, todas voltadas para divulgação das ações desta administração.

DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

Durante o período de contrato serão produzidos vídeos institucionais, educativos de assistência

técnica, conforme os programas e ações desenvolvidos.

Fica a cargo da CONTRATADA o pagamento de insumos e despesas com pessoal, equipamentos, transporte de equipe.

RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA E A QUANTIDADE DE SERVIÇOS

A estimativa de produção para o período de 06 meses teve como base a execução de trabalhos realizados no exercício de 2018 e 2019, assim como pesquisa de mercado por meio de orçamentos em anexo:

O PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em seis parcelas de R\$ 4.980,00 (Quatro mil, novecentos e oitenta reais), totalizando R\$ 29.880,00 (Vinte e nove mil, oitocentos e oitenta reais), que serão pagos até 28 dias após a assinatura do contrato. As parcelas serão pagas mediante aprovação do setor competente, após aprovação do trabalho realizado.